Parecer nº 153/2023

Matéria: Projeto de Lei nº 122, de 31 de outubro de 2023.

Autor: Poder Executivo Municipal.

Ementa: Dispõe sobre alteração do Art. 7º da Lei Municipal nº 561/2009 e dá outras providências.

Senhor Presidente,

A Comissão de Constituição, Legislação e Redação, sob a Presidência do Vereador Semy Mendes de Freitas, se reuniu extraordinariamente no dia 14 de novembro de 2023, com a presença de todos os membros na Sala das Comissões Permanentes deste Poder Legislativo, para analisar o Projeto de Lei nº 122, de 31 de novembro de 2023, de autoria do Poder Executivo Municipal.

O Presidente com base nos dispositivos regimentais, reservou a si mesmo o direito de exarar o presente parecer.

Antes de adentrar a análise do Projeto, importante frisar que de acordo com o disposto no art. 34 do Regimento Interno Camarário, compete a esta Comissão Permanente, opinar sobre o aspecto constitucional, legal e regimental das proposições, bem como analisá-las quanto ao conteúdo gramatical, de modo a adequá-las ao bom vernáculo.

Pois bem. Como já mencionado, se trata de um Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo Municipal que Dispõe sobre alteração do Art. 7º da Lei Municipal nº 561/2009 e dá outras providências, que visa simplificar o processo, permitindo a emissão do alvará de construção em nome do adquirente mediante termo de anuência do proprietário e declaração de crédito pré-aprovado emitida pela instituição financeira. Dessa forma, a burocracia será reduzida, facilitando o acesso ao crédito imobiliário e promovendo o desenvolvimento do setor imobiliário em nosso município.

Portanto, foram respeitadas a iniciativa e a competência para a propositura do Projeto de Lei nº 122, de 31 de outubro de 2023, de autoria do Poder Executivo Municipal, além de cumpridos todos os pressupostos de legalidade e constitucionalidade, e assim sendo, entendo pela possibilidade de tramitação da matéria em realce

Desta forma, primando pelo cumprimento nos dispositivos do art. 34, alínea "a", do Regimento Interno desta Colenda Câmara, bem como de outros dispositivos legais atinentes, após todos os estudos e discussão em reunião sobre a matéria, este Relator exara o presente **Parecer Favorável**, ao Projeto de Lei nº 122, de 23 de fevereiro de 2023, de autoria do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre alteração do Art. 7º da Lei Municipal nº 561/2009 e dá outras providências

Pedra Preta/MT
Câmara Municipal de Pedra Preta
Comissão de Constituição, Legislação E Redação

O Parecer do Relator foi acompanhado pelos demais Membros da Comissão, que opinaram unanimamente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica.

Assim sendo, é **FAVORÁVEL** o Parecer desta Comissão.

É O PARECER!

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2023.

Semy Mendes de Freitas
Presidente/Relator

Samuel de Melo Freitas
Vice-Presidente

Hélio de Farias
Membro